

Análise das Interações da Audiência Pública da CMMRV 1.303/2025 sobre a Tributação de Aplicações Financeiras e Ativos Virtuais – 03/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **125 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão Mista da Medida Provisória (CMMRV) nº 1.303, de 2025, em 03/09/2025, sobre a "Tributação de Aplicações Financeiras e Ativos Virtuais com IRRF Único (MPV 1303/2025)". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação da Medida Provisória.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 125

Temas principais:

- Dúvidas Técnicas, Sugestões e Pedidos de Esclarecimento (43%):** A maior parte das interações dos cidadãos concentrou-se em questionamentos sobre o funcionamento prático da Medida Provisória. As dúvidas abordaram a possibilidade de bitributação, a complexidade de implementação para as corretoras, as regras para compensação de perdas (especialmente em criptoativos) e a forma de fiscalização pela Receita Federal. Houve também um volume expressivo de sugestões construtivas, como o estabelecimento de faixas de isenção, a fixação de alíquotas específicas com travas constitucionais

para impedir aumentos futuros e a necessidade de mais tempo para o debate público.

Exemplo: "Por que não permitir compensar perdas de cripto com ganhos de outros ativos de risco?" (Belchior M., PB)

2. Impacto no Cidadão Comum e o Debate sobre Justiça Fiscal (30%):

Muitos cidadãos expressaram o temor de que a nova tributação prejudique a poupança de longo prazo destinada à aposentadoria, à compra da casa própria e a outros objetivos pessoais. Nesse contexto, o debate sobre justiça fiscal foi proeminente, com críticas à alíquota única em vez de um sistema progressivo. Enquanto uma parte dos cidadãos defendeu a tributação como forma de alcançar os mais ricos, a percepção predominante foi a de que a proposta penaliza o poupador comum antes de taxar grandes fortunas e dividendos de forma eficaz.

Exemplo: "Por que taxar a poupança da classe média antes de priorizar a tributação de dividendos e grandes fortunas, como fazem os países mais justos?" (Júlio C., RS)

3. Críticas à Concepção da MP e à Gestão Governamental (27%): Diversos cidadãos manifestaram forte oposição ao que consideram um aumento da carga tributária em um momento de arrecadação recorde. As críticas apontam que a medida pode desestimular o investimento no país, encarecer o crédito para setores vitais como o agronegócio e a construção civil, e levar à fuga de capitais. Muitos participantes defenderam que, antes de criar ou aumentar impostos, o governo deveria focar na redução de seus próprios gastos e no aumento da eficiência da administração pública.

Exemplo: "Por que, antes de aumentar a tributação, o Governo não mostra um pouco de boa vontade e reduz desperdícios?" (Geraldo A., RJ)

Em conclusão, a audiência pública sobre a MPV 1.303/2025 revelou uma forte preocupação dos cidadãos com o impacto da nova tributação sobre o pequeno investidor

e a economia nacional. O debate centralizou-se na tensão entre a busca por simplificação e aumento da arrecadação, e o receio de que a medida prejudique a poupança da classe média e desestimule investimentos. As críticas à gestão dos gastos públicos e os questionamentos sobre a justiça fiscal de uma alíquota única foram temas recorrentes, enquanto sugestões técnicas, como a criação de faixas de isenção, foram apresentadas como alternativas para aprimorar a proposta.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35409>